



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
FEIRA DE SANTANA
3ª VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS - FEIRA DE SANTANA - PROJUDI

Presidente Dutra, SN, , Santa Mônica - FEIRA DE SANTANA fsantana-3vsj@tjba.jus.br | 75 36025923 - Tel.: 75-36025923

PROCESSO Nº:

0026073-16.2021.8.05.0080

AUTOR(ES):

—

RÉ(U)(S):

—

SENTENÇA

Vistos, etc...

Aduz, em síntese, a parte autora que, verificando as faturas de seu cartão de crédito, vinculadas ao seu benefício previdenciário, constatou a cobrança pelo acionado de um serviço denominado Seguro Prestamista, o qual alega nunca ter contratado. Pugna, assim, seja declarada a nulidade da contratação, com a devolução, em dobro, de todos os valores indevidamente descontados, bem como cancelamento das cobranças indevidas e indenização por dano moral.

Em sua defesa, o réu sustenta a regularidade da contratação, pugnando pela improcedência da ação.

É o breve relatório, decido.

Mérito

De acordo com a distribuição do ônus da prova, cabe à parte autora fazer prova do fato constitutivo do seu direito e ao réu, do fato impeditivo, modificativo ou extintivo deste, sendo certo também que, em se tratando de relação de consumo na qual se discute a responsabilidade pelo fato do serviço, provar a inoccorrência do defeito, ou ser este decorrente de ato exclusivo do próprio consumidor ou de terceiros.

Do contrato

O autor negou ter firmado o contrato que originou as cobranças realizadas em suas faturas a título de Seguro Prestamista.

Diante da negativa de tal contratação pela parte autora, caberia ao réu fazer prova da existência da mesma, com a juntada do respectivo contrato.

Assim, a fim de comprovar a contratação do seguro vergastado, o acionado anexou ao evento 13.2, link que permite o acesso à ligação telefônica realizada entre preposta do acionado e a parte autora. Nesta se verifica que o autor, após confirmar seu nome completo e os três primeiros dígitos de seu CPF de fato, também confirma a contratação do mencionado seguro.

Imperioso destacar que na impugnação anexada ao evento 20, a parte autora já não nega a contratação, entretanto, afirma que ocorrera venda casada e ainda que a preposta da ré fala de maneira tão rápida que é praticamente impossível entender sobre o que se trata, logo, aduz que a informação é passada de forma deficiente.

Entretanto, há de se registrar que na ligação anexa, a acionada oferta ao autor exclusivamente o seguro prestamista, de modo que, não resta evidenciado que, caso o autor não contratasse o mencionado seguro, também o empréstimo estaria desfeito. Ao revés, o que se verifica é que são contratações autônomas, de modo que não há que se falar em venda casada.

Outrossim, a alegação de que a compreensão do que é dito na ligação telefônica é prejudicada não merece acolhimento. Caso o autor não compreendesse o que lhe estava sendo apresentado, poderia solicitar repetição do que fora dito, ou ainda, solicitar encaminhamento da proposta por escrito, antes de confirmar a contratação do serviço. Esta é a conduta que se espera de qualquer homem médio.

Ademais, não há qualquer registro, nos autos, de que o autor seja pessoa analfabeta ou detentora de qualquer incapacidade que a prive de ter ciência sobre o teor do que foi contratado.

Por fim, imprescindível ainda salientar que o acionado efetuou a cobrança do mencionado seguro em Abril/2020, no valor de R\$ 67,58 (sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). E somente voltou a cobrar o serviço um ano depois (Abril/2021), entretanto, destrinchando o valor integral do seguro, mensalmente, em parcelas de R\$ 6,27 (seis reais e vinte e sete centavos), não havendo qualquer evidência de prejuízo à parte autora.

Destarte, entendo não há, nestes autos, comprovação de ato ilícito cometido pelo Banco réu.

Nessa mesma linha de entendimento, a jurisprudência pátria,

*RECURSO INOMINADO DA PARTE AUTORA. BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE ANUIDADE DIFERENCIADA. **COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR LIGAÇÃO TELEFÔNICA. VALIDADE. EXPRESSA PREVISÃO DE COBRANÇA DE ANUIDADE. LEGALIDADE. SÚMULA Nº 44, DO TJPR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ RECONHECIDA DE OFÍCIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0010862-51.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Marcel Luis Hoffmann - J.***

07.08.2018)

(TJ-PR - RI: 00108625120168160130 PR 0010862-51.2016.8.16.0130 (Acórdão), Relator: Juiz Marcel Luis Hoffmann, Data de Julgamento: 07/08/2018, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 09/08/2018)

APELAÇÃO CÍVEL. SUBCLASSE RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS AUTORIZADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. Caso em que há prova irrefutável de que a parte autora, ao contrário do que alegou na inicial, celebrou com a ré contrato de empréstimo para pagamento parcelado, autorizando o desconto em seu benefício previdenciário. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(TJ-RS - AC: 70075697284 RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Data de Julgamento: 13/12/2017, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: 22/01/2018)

RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR ATO ILÍCITO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INSCRIÇÃO DEVIDA. PARTE REQUERIDA COMPROVOU EXPRESSA CONTRATAÇÃO JUNTANDO TERMO DE ADESÃO COM ASSINATURA DO AUTOR. CONTRATAÇÃO NEGADA SEM QUALQUER PROVA NESSE SENTIDO. MERA NEGATIVA QUE NÃO SUPERA A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA ASSINATURA APOSTA NO TERMO DE ADESÃO. AUTOR QUE, EM IMPUGNAÇÃO, NÃO ALEGA FALSIDADE DE SUA ASSINATURA. FATURAS DEMONSTRANDO O USO DO CARTÃO E O NÃO PAGAMENTO. INSCRIÇÃO FEITA EM EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DA OPERADORA DO CARTÃO. SENTENÇA QUE LEVOU EM CONTA DÉBITOS E COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE OUTRA EMPRESA DE CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS FATURAS EMITIDAS PELA REQUERIDA. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A PRETENSÃO. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0013031-95.2017.8.16.0026 - Campo Largo - Rel.: Thiago Bertuol de Oliveira - J. 10.12.2019)

(TJ-PR - RI: 00130319520178160026 PR 0013031-95.2017.8.16.0026 (Acórdão), Relator: Thiago Bertuol de Oliveira, Data de Julgamento: 10/12/2019, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 11/12/2019).

Dessa maneira, demonstrando o acionado fato extintivo do direito do autor, bem como a observância do dever de informar adequada, clara e objetivamente o consumidor sobre os termos da contratação, consoante determinação estatuída no Código Consumerista (art. 6º, III, CDC), a improcedência dos pedidos da parte autora é medida que se impõe.

Por outro lado, e diante do contexto fático, há que se aplicar a regra do art. 79, do CPC, e condenar a parte autora por *litigância de má-fé*, vez que alterou a verdade dos fatos (art. 80, II) e usou o processo para conseguir objetivo ilegal (art. 80, III). A respeito do tema, o STJ firmou posição (RESP 1133262), destacando a importância de se primar pela lealdade processual. Com sua conduta, a parte autora movimentou não apenas a parte ré, mas toda a máquina judicial, para obter objetivo ilícito, já que iniciou

o processo afirmando, categoricamente, que não fez contratação de seguro prestamista junto ao acionado, para, após a defesa, mudar sua tese para dizer que houve venda casada e que não entendeu o que foi dito pela preposta do acionado. Sendo assim, condeno a parte autora ao pagamento de indenização no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da causa (art. 81, do CPC).

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito com base no inciso I do art. 487 do CPC, ao tempo em que, condeno a parte autora ao pagamento de multa no valor 1% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 81 do CPC, além das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Feira de Santana/BA, 18 de Abril de 2022.

PATRÍCIA SORAIA BRITO BARBOSA

Juíza Leiga

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO a presente Minuta de Sentença para que surta seus legais e jurídicos efeitos, nos termos da Lei 9099/95.

LUCIANA BRAGA FALCÃO LUNA

Juíza de Direito

Assinado eletronicamente por: LUCIANA BRAGA FALCAO LUNA
Código de validação do documento: 83beb74c a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.